

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
COM GARANTIAS ADICIONAIS, DA INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE  
TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA**, sociedade por ações com sede na Rodovia BR 101, km 213, na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.901.000/0001-27, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

**PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário");

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidor,

**JORGE LUIZ SAVI DE FREITAS**, brasileiro, separado judicialmente, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 14160-1/R, SSI/SC, inscrito no CPF sob o nº 098.535.539-53, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Santo Inácio de Loyola, nº 124, apto. 1004 ("Interveniente Garantidor") e, em conjunto com Emissora e Agente Fiduciário, "Partes";

Celebram a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira" ("Escritura"), nos termos e condições abaixo.

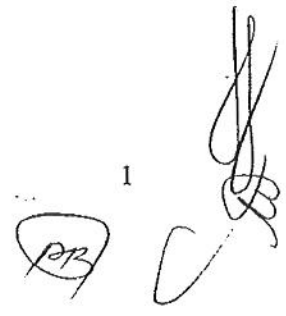
**1. AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 25 de junho de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

**2. DOS REQUISITOS**

2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 **Arquivamento e Publicação das Deliberações**



2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o nº 20101965893, em 06 de julho de 2010, e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal Diário Catarinense, em 22 de julho de 2010, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESC, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.1.3 Dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

## 2.1.4 Dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, não tendo sido elaborado prospecto da oferta, conforme Circular ANBIMA n.º 015, de 6 de maio de 2009.

# 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

## 3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto: (a) exploração da indústria de aparelhos e equipamentos telefônicos de telecomunicação, aparelhos e instrumentos de sinalização, alarme, controle, inspeção, proteção e segurança, equipamentos de processamento e transmissão de dados, computadores e periféricos, bem como a fabricação de suas peças e acessórios, e sua comercialização; (b) exploração das atividades de prestação de serviços de reparação, assistência técnica, suporte técnico, manutenção e montagem de aparelhos e equipamentos de informática, elétricos e eletrônicos e de comunicação em geral; (c) a locação de aparelhos e equipamentos de sua fabricação ou adquiridos de terceiros; (d) o comércio, fornecimento, distribuição, importação e exportação de quaisquer mercadorias ou maquinários e outros bens; (e) a prestação de serviços de intermediação na compra e venda de bens móveis (representação comercial); (f) a prestação de serviços de ensino e treinamento profissional de assistência técnica e de manutenção de produtos de comunicação; (g) a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, comprando e vendendo participações societárias; e (h) atuar como correspondente bancário no país para prestação de serviços em

nome de instituições financeiras, nos termos da Circular BACEN nº 2978/2000 e Resoluções BACEN 2953/2002, 3110/2003, alterada pela Resolução BACEN 3.156/2003.

**3.2 Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

**3.3 Número de Séries**

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

**3.4 Montante da Emissão**

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

**3.5 Quantidade de Debêntures**

3.5.1 Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

**3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária**

3.6.1 O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, será o Banco Mandatário das Debêntures ("Banco Mandatário") e a Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, será a Instituição Depositária das Debêntures ("Instituição Depositária").

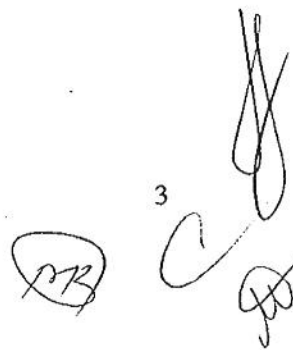
**3.7 Destinação dos Recursos**

3.7.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão utilizados pela Emissora para alongamento do seu perfil de endividamento e financiamento de seu plano de investimento.

**3.8 Limite da Emissão**

3.8.1 O limite de emissão, previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, foi respeitado, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definida abaixo), é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

**3.9 Registro para Distribuição e Negociação**



3.9.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a custódia das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.9.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados”), poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 15 da Instrução CVM 476.

### 3.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Instituição Intermediária”, na qualidade de coordenador líder), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantias Adicionais, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 2ª Emissão da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira” (“Contrato de Colocação”), sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, por meio de procedimento de *bookbuilding*, a ser conduzido pela Instituição Intermediária (“Procedimento de Bookbuilding”).

3.10.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 2 (dois) dias úteis contados da data de início de distribuição das Debêntures.

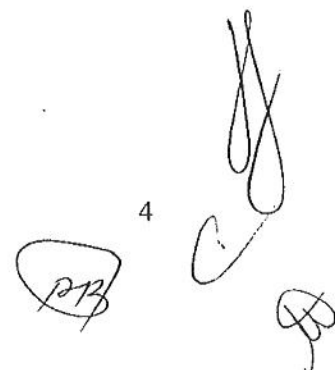
## 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão, de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Nominal” ou “Valor Nominal Unitário”).

#### 4.1.2 Quantidade de Debêntures



- 4.1.2.1 Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.
- 4.1.3 *Número de Séries*
- 4.1.3.1 A Emissão será realizada em série única.
- 4.1.4 *Data de Emissão*
- 4.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de julho de 2010 ("Data de Emissão").
- 4.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*
- 4.1.5.1 As Debêntures vencerão ao término do prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, portanto, em 30 de julho de 2014 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.
- 4.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*
- 4.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*
- 4.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista.
- 4.1.8 *Conversibilidade*
- 4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 4.1.9 *Espécie*
- 4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie quirografária (sem garantia real nem preferência), com Garantias Adicionais, nos termos da Cláusula 4.12 abaixo.
- 4.2 Subscrição**



#### 4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme previsto na Cláusula 3.10.2 acima.

#### 4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição").

#### 4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

#### 4.4 **Direito de Preferência**

4.4.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

#### 4.5 **Atualização do Valor Nominal**

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

#### 4.6 **Remuneração**

##### 4.6.1 *Juros Remuneratórios*

4.6.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar e equivalentes à taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescido de uma sobretaxa de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis corridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, que consiste no intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anteriores, no caso dos demais, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade ("Período de Capitalização").



4.6.1.2 A remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, no dia 30 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures, ou, caso estes não sejam dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento da remuneração ocorrerá em 30 de julho de 2011 (“Juros Remuneratórios”).

4.6.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times ((FatorDI \times FatorSpread) - 1) \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI, com uso do percentual aplicado, da Data de Emissão, ou do início do último Período de Capitalização, conforme o caso, exclusive, até o final de cada Período de Capitalização, inclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{onde:} \quad FatorDI = \prod_{k=1}^n \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

“n” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “n” um número inteiro;

“p” corresponde ao percentual a ser aplicado sobre as Taxas DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{onde:} \quad TDI_1 = \left( \frac{DI_1}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

“Fator Spread” corresponde à sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

Text\_SP

onde:

"spread" corresponde à sobretaxa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

"n" corresponde ao número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

"DT" corresponde ao número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

"DP" corresponde ao número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O produto [*FatorDI x FatorSpread*], deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.6.1.4 Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- (i) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários,  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) as Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.6.1.5 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.



4.6.1.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia de Debenturistas.

4.6.1.7 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.6.1.8 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora amortizará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, representando (a) em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou (b) em segunda convocação, a maioria dos presentes, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares

PR

JP

existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6.1.9. Para os fins desta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam pertencentes aos seus controladores ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

#### **4.7 Repactuação**

4.7.1 As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

#### **4.8 Resgate Antecipado**

4.8.1 As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo a critério da Emissora.

#### **4.9 Amortização**

4.9.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2011 e o percentual de amortização deste referido pagamento será de 7,6000%. O percentual de amortização dos demais pagamentos será de 7,7000%.

#### **4.10 Condições de Pagamento**

##### **4.10.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

4.10.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.10.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



#### 4.10.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.10.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo ou feriado bancário na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.10.3 *Encargos Moratórios*

4.10.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### 4.10.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

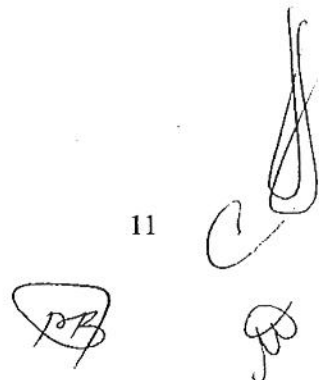
4.10.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.11 **Publicidade**

4.11.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.12 **Garantias Adicionais**

##### 4.12.1 *Garantia Fidejussória*



- 4.12.1.1 Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, o Interviente Garantidor presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiador e principal pagador dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.
- 4.12.1.2 O Interviente Garantidor declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador e principal pagador do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").
- 4.12.1.3 O valor da fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidos pelo Interviente Garantidor, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido").
- 4.12.1.4 O Valor Garantido será devido pelo Interviente Garantidor imediatamente após notificação por escrito do Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 5.2.3 abaixo, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado definido na Cláusula 5.2 desta Escritura. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, observado o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis. O referido pagamento será realizado fora do âmbito da CETIP.
- 4.12.1.5 O Interviente Garantidor expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").
- 4.12.1.6 O Interviente Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula 4.12.1, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.
- 4.12.1.7 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data o Interviente Garantidor estará desobrigado de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.
- 4.12.1.8 O Interviente Garantidor reconhece, desde já, como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

#### 4.12.2 *Garantia Real*

4.12.2.1 As Debêntures serão garantidas, ainda, por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, no valor de 20% (vinte por cento) do saldo do Valor Total da Emissão, a qual será constituída de acordo com os termos e condições estabelecidos por meio de "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência do banco depositário de tais direitos creditórios ("Contrato de Cessão").

4.12.2.2 Uma vez celebrado e devidamente registrado o Contrato de Cessão, observados os requisitos para formalização da garantia previstos em tal instrumento, estará formalizada a cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em garantia do fiel e pontual pagamento das obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura.

### 5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 5.1 *Aquisição Antecipada*

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.9.2 acima.

#### 5.2 *Vencimento Antecipado*

##### 5.2.1 *Hipóteses de vencimento antecipado automático*

5.2.1.1 Os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto na Cláusula 8.8 abaixo, declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) (a) pedido de autofalência da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da



Emissora; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(ii) inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora prevista no Contrato de Cessão, respeitados eventuais períodos de cura nele previstos;

(iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Colocação;

(iv) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Emissora, conforme vigente nesta data;

(v) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, representando os Debenturistas;

(vi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(vii) ocorrência de incorporação da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou realização pela Emissora, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto se a incorporação, fusão ou cisão atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) realização de redução de capital social da Emissora após a data de emissão das Debêntures, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;

(ix) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora;

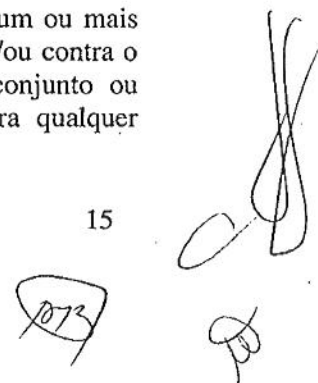
(x) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para este fim; e

(xi) caso a Debênture torne-se inválida, ineficaz ou inexecutável contra a Emissora ou caso a exequibilidade desse instrumento seja contestada pela Emissora ou, ainda, caso a Emissora negue ter responsabilidade sobre este instrumento.

## 5.2.2 *Hipóteses de vencimento antecipado não-automático*

5.2.2.1 Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados abaixo o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o quorum específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.2.2.2 abaixo:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, prevista nesta Escritura ou em qualquer documento relativo às Debêntures;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iii) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer empresa controlada pela Emissora e/ou do Interviente Garantidor em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (iv) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura previsto, no pagamento de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada e/ou do Interviente Garantidor, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) perante terceiros que não os debenturistas ou em qualquer valor perante os Debenturistas, salvo se, em qualquer dos casos, o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a concordância do credor correspondente, ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora, sua controlada ou pelo Interviente Garantidor;
- (v) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas e/ou contra o Interviente Garantidor em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por cujo pagamento a Emissora ou qualquer de suas controladas seja responsável, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, este tenha sido cancelado ou sustado judicialmente;
- (vi) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora ou qualquer controlada e/ou contra o Interviente Garantidor que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer

Handwritten signature and a circular stamp with the number 073 inside.



controlada e/ou para o Interveniante Garantidor de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação (a) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is), ou (b) for garantida por ativos suficientes da Emissora;

(vii) constituição de gravames de qualquer natureza sobre os ativos da Emissora, exceto os já constituídos e os casos já previstos nesta Escritura e ressalvada a constituição de gravames sobre ativos ou receitas da Emissora em operações de capital de giro, financiamentos à importação de equipamentos, aquisição e expansão das atividades da Emissora, conforme as práticas passadas da Emissora;

(viii) cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Emissão, sem a observância de seus termos;

(ix) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade de qualquer documento referente à presente Emissão;

(x) falta de cumprimento por parte da Emissora, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos governamentais, inclusive ambientais, que comprovadamente afetem de forma adversa e material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura;

(xi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(xii) não pagamento de tributo, exceto no caso do mesmo estar sendo discutido em âmbito judicial ou administrativo; e

(xiii) deixar de manter qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem apurados e verificados anualmente pela Emissora com base nas informações financeiras consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora, auditadas e revisadas por auditores independentes contratados para tanto ("Índices Financeiros"). Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada ano, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e de declaração assinada na forma de seu Estatuto Social, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais

esclarecimentos adicionais que se façam necessários:

a)  $\left( \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA}} \right) < 3,0$

b)  $(\text{Liquidez Corrente}) \geq 1,2$

Onde:

**Dívida Líquida** corresponde aos saldos das dívidas decorrente dos financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores das disponibilidades;

**EBITDA** corresponde ao resultado operacional antes dos juros, imposto sobre a renda, depreciação e amortização; e

**Liquidez Corrente** corresponde ao ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

5.2.2.2 A Assembleia de Debenturistas a que se refere a Cláusula 5.2.2.1 acima poderá, por deliberação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas Cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo.

5.2.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia à CETIP, (b) ao Interviente Garantidor, e (c) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.2.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do protocolo da carta mencionada na Cláusula 5.2.3 acima.

5.2.5 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.2.4 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.10.3 acima.

5.2.6 No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.2 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.2.3 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.2.5 acima ocorra através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DO INTERVENIENTE GARANTIDOR

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
  - (b) dentro de 5 (cinco) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas;
  - (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais), em até 30 (trinta) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes; e
  - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.2 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
  - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

- (e) observar as disposições da Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vi) convocar Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que, na opinião da Emissora,: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;
- (viii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica, financeira e seus resultados operacionais;
- (ix) cumprir todas as determinações da CVM que lhe forem aplicáveis, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (x) atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- (xi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas;
- (xii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (xiii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiv) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xv) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) ou além do que dispõe o Estatuto Social da Emissora, na Data de Emissão;
- (xvi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xvii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xviii) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND;
- (xix) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário.
- (xx) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em condições de mercado; e
- (xxi) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado nesta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

6.2 O Interveniente Garantidor, adicionalmente, se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário informações sobre quaisquer descumprimentos do Interveniente Garantidor, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora (“Agente Fiduciário”).

7.2 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (x) ter verificado a regularidade da constituição das Garantias Adicionais prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora,



por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESC, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Adicionais prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.11 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas

informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;  
e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede da Instituição Intermediária;
- (xv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na

presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (xx) verificar a manutenção da regularidade e exequibilidade das Garantias Adicionais.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar as Garantias Adicionais, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$14.000,00 (quatorze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura, e, as demais parcelas, a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela.

7.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata a Cláusula 7.7 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.4 Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "Relatório de Horas"; as atividades a que se refere este item estão relacionadas (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou Assembleias de Debenturistas; e (iii) à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

7.7.5 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia de Debenturistas.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de

ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

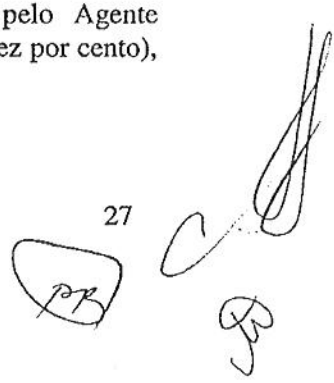
## 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

27



8.4 A Assembleia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário que dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.8.1 A alteração de *quorum* qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e



atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

- (vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

#### **10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO INTERVENIENTE GARANTIDOR**

10.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou a serem constituídos em razão da presente Emissão; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESC, o registro das debêntures na CETIP e a autorização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, outorgada em julho de 2010;



- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora; e
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência.

10.2.1 O Interveniente Garantidor declara e garante que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (ii) a fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Interveniente Garantidor, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iii) a celebração desta Escritura e a prestação da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual o Interveniente Garantidor seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Interveniente Garantidor, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

**11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

**INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA**

Rodovia BR 101, km 213

São José – SC 88104-800

At.: Sr. Rafael Boeing

Telefone: (48) 3281-9531

Fax: (48) 3281-9539

E-mail: [rafael.boeing@intelbras.com.br](mailto:rafael.boeing@intelbras.com.br)

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514

Rio de Janeiro – RJ 22640-102

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Email: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)

c/c: [trustee@pentagonotrustee.com.br](mailto:trustee@pentagonotrustee.com.br)

(iii) Para o Interveniente Garantidor

**JORGE LUIZ SAVI DE FREITAS**

Rodovia BR 101, km 213

São José – SC 88104-800

Telefone: (48) 3281-9531

Fax: (48) 3281-9539

e-mail: [jfreitas@intelbras.com.br](mailto:jfreitas@intelbras.com.br)

(iv) Para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo – SP

CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Luiz Loureiro

E-mail: [luiz.loureiro@itau.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau.com.br)

(v) Para a Instituição Depositária:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo – SP

CEP 04538-132

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Luiz Loureiro

E-mail: [luiz.loureiro@itau.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau.com.br)

(vi) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

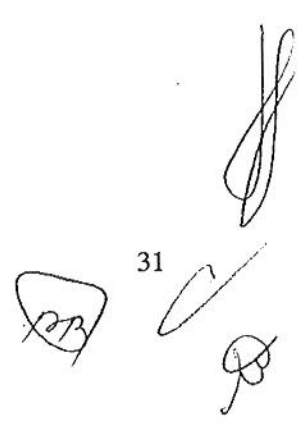
Av. República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

31

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature, a smaller signature, and a set of initials.

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar  
São Paulo – SP  
01009-000  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1564

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas

aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário ou em casos de caso fortuito ou força maior.

11.6 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.7 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.8 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

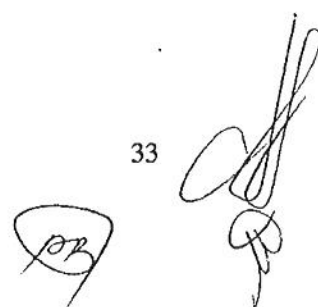
## 12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

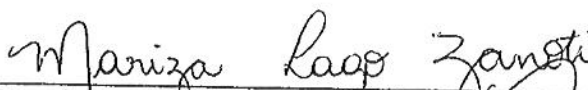
São Paulo, 23 de julho de 2010.

\*\*\*\*




[página de assinaturas da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira.]

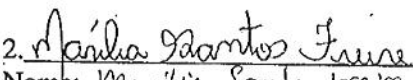
  
**INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA**  
Por: Altair Angelo Silvestri Por: Rafael Böing  
Cargo: Presidente Cargo: Diretor Administrativo  
CPF: 288.562.959-20

  
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
Por: MARIZA LAGO ZANOTTI Por: \_\_\_\_\_  
Cargo: PROCURADORA Cargo: \_\_\_\_\_

  
**JORGE LUIZ SAVIO DE FREITAS**

Testemunhas:

1.   
Nome: Gercia de Araújo Reis  
RG: MG 12.259.549 SSP/MG  
CPF: 091.098.066-79

2.   
Nome: Marília Santos Freire  
RG: 30.297.713-2 SSP/SP  
CPF: 225.825.428-06